



REAFIRMAÇÃO HETERONORMATIVA: UM OLHAR PARA O DOCUMENTÁRIO “ESCOLA SEM *PRE*CONCEITOS”

Adriana da Silva Lessa^{id1}, Marlene Neves Strey^{id2}, Edla Eggert^{id3}

Resumo: O texto aborda a temática de gênero a partir da análise de conteúdo do documentário “Escola sem *PRE*conceitos” (2012), em que foram coletados discursos de profissionais da área da educação e de uma transexual líder de um movimento social. A partir da análise de alguns depoimentos, concluímos que a escola é um lugar formador proporcionando estímulos reforçadores da heteronormatividade e que são reflexos das condutas sociais vigentes entendidas como naturais.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Sexualidade. Educação. Psicologia Social.

THE REFFORCEMENT OF HETERONORMATIVITY ON SUBJECTS: AN ANALYSIS OF THE DOCUMENTARY “ESCOLA SEM *PRE*CONCEITOS”

Abstract: This paper addresses the gender issue from the content analysis of film documentary called “Escola sem *PRE*conceitos” (2012), in which the speeches of education professionals and a transgender leader of a human rights movement were collected. From the analysis of some phrases we conclude that the school is a human development place, providing heteronormative reinforcement stimuli and reflecting current social behaviors.

Keywords: Gender Issue. Sexuality. Education. Social Psychology.

1. Introdução: as realidades LGBTQ+

No Brasil atual não possuímos mais dados oficiais que remetam à informações sobre a realidade da violência contra LGBTQ+. O que temos são dados governamentais que remetem ao ano de 2012 em

¹Doutoranda em Educação (Escola de Humanidades/PUCRS). Mestre em Gerontologia Biomédica (IGG/Escola de Medicina/PUCRS). E-mail: adriana.lessa@acad.pucrs.br

²Doutora em Psicologia (Universidad Autónoma de Madrid). Professora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS. E-mail: nevesstrey@gmail.com

³Doutora em Teologia com Pós-Doutorado em estudos da mulher (UAM-XOXIMILCO/MX). Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (Escola de Humanidades/PUCRS). E-mail: edla.eggert@gmail.com





que ocorreu o maior número de registros, 342 denúncias. Um aumento significativo em relação ao ano anterior, de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs. Tais números corroboram um levantamento realizado sobre o padrão de sobreposição de violências cometidas contra essa população, revelando uma média de 3,23 violações sofridas por cada uma das vítimas (Brasil, 2013, p. 18). Estes dados, extraídos do Relatório sobre violência homofóbica no Brasil, mostram que o tema desenvolvido neste trabalho é relevante no contexto contemporâneo, já que a homofobia e a violência ocasionada pela conduta homofóbica é um movimento crescente na sociedade em geral. O movimento para atender as demandas da população LGBT é relativamente recente e data do ano de 2004. Este marco se deu através do lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, pelo governo federal, com o intuito de contemplar as diversas formas de preconceito, discriminação e marginalização enfrentadas por esta população (DUARTE, 2016).

No entanto, somente na 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2016), que houve um maior avanço quanto ao número de propostas aprovadas para resguardar o direito desta população. Com o Tema: "Por um Brasil que Criminalize a Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" o evento debateu quais estratégias devem ser adotadas para coibir a violação de direitos humanos chamada de lesbohomotransfobia. A principal consequência deste encontro gerou a assinatura e publicação no Diário Oficial da União do Decreto Presidencial Nº 8.727, de 28 de Abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASÍLIA, 2016). É importante frisar que mesmo sendo explícito que essa população sofre violências descomuns, podemos observar um enorme descaso governamental que descarta dados oficiais outrora disponibilizados nos canais de comunicação governamental oficial, como relatórios mais recentes, ficando a cargo de ONG's e grupos LGBTQ+, como o altamente atuante "Grupo Gay da Bahia", o mapeamento e a disseminação das estatísticas.

Historicamente a homofobia é uma construção social de longa data. Se nos mantermos na tradição cristã, será importante relacionarmos também as tradições judaica e greco-romanas. E em boa medida essa herança é misógina, sexista e heterocêntrica. André Sidnei Musskopf (2007) nos sinaliza sobre essa complexa tradição ao



nos esclarecer que biblicamente estamos sob a égide da heteronormatividade.

[...] os textos bíblicos foram concebidos, selecionados, canonizados e interpretados dentro de um contexto e a partir de uma ideologia patriarcal, ou seja, desde a perspectiva da experiência de homens que representam aquilo que vem sendo chamado de "masculinidade hegemônica" (MUSSKOPF, 2007, p. 2).

Portanto a relação afetiva que envolve experiências amorosas entre pessoas do mesmo sexo foi considerada pecado e/ou delito, intensamente reprimida, ora pelo Estado, ora pela religião. Em nosso caso, vamos nos ater à religião cristã, mas todas as três religiões monolíticas, em especial, compõem o longo credo contra a homoafetividade. Na sociedade civil brasileira, a homossexualidade deixou de ser crime, não faz muito tempo, mas na vida cotidiana, o preconceito vigora sob forma de um desvio patológico da sexualidade humana. Assim, perpetua o caráter preconceituoso frente às diferentes manifestações da sexualidade humana (PRESTES e VIANNA, 2008). As formas excludentes sofridas pela população LGBTQ+ no ambiente escolar repercutem principalmente na evasão escolar, sendo necessário atentar a esses índices elevados de abandono escolar. Dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGBTT) informam que a evasão escolar entre transexuais e travestis chega a 73% (São Paulo, 2011). Desta forma entendemos que as pessoas LGBTT, em especial travestis e transexuais (TT'S), são forçadas, de forma explicitamente impositiva ou "sutilmente" implícita, a evadir da escola, pois sofrem inúmeros modos de preconceito e discriminação neste ambiente.

Queremos refletir acerca de algumas questões: como entendemos o conceito de gênero? Por que há a divisão em categorias binárias (feminino e masculino)? Qual a responsabilidade da escola? Quais os mecanismos utilizados pela sociedade e pela escola para punir e tentar adequar quem desvia da norma prevista? Todas essas questões são fundamentais e atravessam os argumentos do presente texto.

Sobre o conceito relacionado aos estudos de gênero algumas teorias classificam gênero e sexualidade, abordando que por vezes gênero pode tornar-se um eufemismo para falarmos de sexo. Em um dos usos do termo, para uma definição aprofundada, gênero corresponde às relações de poder que o sexo acaba por influenciar (SCOTT, 2012; JESUS, 2014). Não é apenas a performatividade o foco de reflexão nos estudos de gênero e sim, como o sexo do indivíduo



influencia os aspectos de poder, quando se é levado em consideração meramente a anatomia do sujeito (SCOTT, 2012). O pensamento de Jaqueline Gomes de Jesus (2014) aprofunda a reflexão anterior, argumentando que sexo tem caráter biológico e o conceito de gênero é construção social. Ou seja, sexo são as características fisiológicas apresentadas pelo indivíduo no nascimento, enquanto gênero é a forma de apresentação, de caráter identitário, dessa pessoa perante a sociedade, além da própria percepção dela acerca de si mesma.

Em relação à sexualidade, a Teoria *Queer* que apresenta a ideia do “estranho” daquele que divergente, e analisa que a sexualidade observada na sociedade contemporânea vai muito além da dicotomia homem/mulher e masculino/feminino pertencente à ordem social moderna, o estranho aqui denominado gênero binário (ADELMAN et al., 2003; LOURO, 2004). É importante na formação da identidade sexual os fatores normatizadores e reguladores introjetados pela família, escola, classe social, dentre outras formas de controle dos corpos. Por meio desse olhar a classificação e distinção de gênero não cabe, visto que nessa ótica é errôneo pensar em papel ou identidades fixas do feminino e masculino compreendidos como naturais/instintivos, mas características construídas através da cultura, resultando na atuação e cristalização de jeitos de ser, cunhando a terminologia performatividade, que em resumo é a normatização e automatismo dos comportamentos atribuídos ao gênero masculino e feminino no decorrer da vida.

Em nossos estudos, observamos que o sujeito é permeado por inúmeros estímulos para se adequar ao papel esperado: a norma heterossexual direciona para uma compreensão binária heteronormativa em que a diferença em boa medida é entendida como inferioridade. E em boa medida a feminização é entendida como inferior dada a tradição patriarcal misógina que estamos inseridas. Corresponder e obedecer às características associadas ao sexo biológico é fundamental para ser considerado sujeito saudável na configuração binária, que restringe a diferença para o campo da patologia e da moral.

Na perspectiva *Queer* é possível afirmar que há um exercício de leitura que convida para repensar a heteronormatividade e conceder poder a quem destoa de um conceito que prescreve um sistema de classificação de gênero de homem e mulher, não colocando essas pessoas em posições patológicas, em oposição e desvalorização. Sales e Paraíso (2013) encaram a terminologia heteronormatividade como algo que se refere a única forma possível, portanto correta, de exercer a sexualidade. Assim, excluindo certas pessoas e invisibilizando-as duplamente enquanto sujeito, visto que, se não exercem a



sexualidade, aquela socialmente aceita, logo não existem. Para que a heterossexualidade seja norma são necessários inúmeros mecanismos que reiterem essa conduta, tendo em vista que ela não é a única, portanto precisa ser constantemente reforçada.

Acerca do caráter psicológico da sexualidade, pode-se referir temas concernentes a questão do amparo que esta ciência pode servir a este conteúdo. A Psicologia abarca diversas teorias e modos de enxergar o ser saudável e o ser patológico, nesse sentido é essencial debater o assunto, questionar e fomentar questões, principalmente nos estudantes de áreas interdisciplinares como a Educação e a Saúde. Proporcionar o pensamento crítico sobre o conteúdo curricular ensinado é determinante.

Um tema polêmico no que tange a psicopatologia é sobre a classificação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorder - DSM*). Com sua primeira edição em 1953, o manual serviu para motivar uma série de revisões sobre questões relacionadas às doenças mentais. Atualmente na sua quinta edição traz os transtornos relacionados à sexualidade em três categorias: Disfunções Sexuais, Disforia de Gênero e Transtornos Parafílicos. Além de incluir critérios mais precisos para avaliar a severidade dos sintomas, retirou algumas subclassificações quando a diferenciação não se mostrou clinicamente útil. O ponto alto da mudança, mas não menos controverso, enfatiza o conceito de incongruência de gênero como algo a mais do que a simples identificação com o gênero oposto e evita rotular os comportamentos sexuais não normativos como necessariamente patológicos (Araújo e Lotufo, 2014).

À luz da Psicanálise, Freud (1905), em sua obra intitulada "Três Ensaios sobre a Sexualidade", revelou que dentro de uma perspectiva psicológica há uma inclinação universal à bissexualidade, sendo que tendências masculinas e femininas existem de maneira simultânea durante o desenvolvimento. O resultante dessa interação seria aquela que prevaleceria sobre a outra e assim revelando a inclinação homo ou heterossexual. Dentro deste contexto surge a palavra "perversão" que seria o produto no qual a escolha de objeto se daria diferente da relação heterossexual. No entanto, também revela que a predisposição à perversão "[...] não é um traço excepcional, mas que pertence integralmente à constituição dita normal" (QUINODOZ, 2007, p. 73). A repressão deste traço seria o legado das normas morais, incumbência dada às representações de autoridade, ou como diz Freud (1905, p. 49): "[...] sob a influência da autoridade, do ensino religioso, da educação escolar e da leitura".



Também Jackson Ronie Sá da Silva (2012) aponta a eficiência do discurso científico sobre a homossexualidade nos livros de medicina traduzidos e publicados no Brasil do século XIX e como a compreensão patológica vai dando lugar a uma outra estrutura de visão de educação sexual. A psicologia e a medicina servem de âncora para a manutenção da ordem sexista. E a escola é uma das instituições que reafirmam essa visão de mundo. A função da instituição escolar, no nosso entendimento, é normalizar a heterossexualidade.

O papel da escola extrapola a transferência de conhecimentos, pois ela tem uma função socializadora, permitindo que seus educandos se integrem ao coletivo. Diante deste contexto, observamos que a organização escolar ainda detém paradigmas que orientam suas práticas e “[...] tem como referência uma atuação excludente e elitista, voltada para fins propedêuticos” (KLEIN e PATARO, 2008, p. 8). Ou seja, ela ainda está para adquirir, de forma absoluta, um caráter integrador das novas demandas sociais, principalmente no que tange as diversidades. Nessa visão o objetivo principal da escola extrapola o caráter formador ou promotor de conhecimentos. Concomitante a isso, está implicada uma função social que permite reproduzir conhecimentos que possibilitem práticas transformadoras. O conflito advém na medida em que o sujeito se percebe diferente daquilo que deveria ser, por uma imposição externa. Para estes teóricos o primordial seria agir de forma que se utiliza da heteronomia para guiar-se numa conduta adequada, aquela que não extrapola os direitos de outrem e ainda mantém uma autonomia crítica.

2. O modo de ver o documentário e produzir nossa interpretação

O documentário *Escola sem PREconceitos* foi produzido em 2012 pelo Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e dirigido por Pedro Nunes do Curso de Comunicação Social da UFPB. O documentário retrata as construções e os questionamentos sobre a identidade de gênero, além de mostrar casos reais de homofobia, *bullying* e violência no ambiente escolar. A partir desse disparador foi feita a análise do conteúdo desse documentário focalizando o papel da escola na construção e reforço da conduta heterossexual, bem como no enfoque dos mecanismos que punem e excluem quem dessa norma desvia. A partir dos temas fomentados pelo documentário, realizamos uma análise de conteúdo, que consiste na tentativa de compreender teoricamente os temas e integrar essa teoria ao material visual analisado, resultando na compreensão de alguns mecanismos



utilizados em nossa sociedade. A partir de recortes de falas das pessoas entrevistadas tecemos categorias de análise e discorremos interpretações inundadas pelo pensamento *queer* acerca das questões que emergem em seus diálogos.

De acordo com Moraes (1999), a análise de conteúdo utiliza materiais de comunicação verbal, ou não, tais como: vídeos, jornais, revistas, livros, relatos autobiográficos, entrevistas, filmes, fotografias. Esse autor salienta que esta análise faz com que o pesquisador tenha uma compreensão mais profunda do material em estado bruto, indo além da leitura comum ao conquistar um entendimento do que se passa podendo fazer uso de induções e inferências. Nesse método de pesquisa, leva-se em conta o sentido simbólico, considerando a multiplicidade de perspectivas, evocações, significados e entendimentos provocados pelos materiais de comunicação. O contexto em que determinada mensagem é transmitida também é muito importante e o conceito de neutralidade não faz sentido nessa metodologia. Em relação às etapas da análise de conteúdo, estas podem ser simplificadas em cinco fases: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação (MORAES, 1999). Quanto à revisão bibliográfica, a principal linha de pensamento que transcorre o texto é a terceira onda do movimento feminista, a Teoria *Queer*, tendo como maior diferença entre esta e os demais estudos de gênero a tentativa de resolução das lacunas deixadas pelas demais ondas, como a luta pelos direitos das mulheres negras, travestis e transexuais. Sobre a teoria:

Queer é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina (LOURO, 2004, p.7).

Tendo em mente os aspectos abordados acima, assistimos o documentário por quatro vezes, duas para entendimento e duas para a coleta das falas discutidas posteriormente, e criamos categorias de análise para debate sob luz da teoria *Queer*.



3. A escola com sua rotina reparativa: o que vimos e como vimos

O documentário Escola sem PREconceitos, nos mostra a realidade de uma escola pública paraibana chamada Lyceu Paraibano. É através do relato do papel institucional e funcionamento ideal da escola que as discussões iniciais são fomentadas. Depois, somos levados a conhecer caminhos tortuosos da história de vida de alguns alunos que vivenciam essa realidade excludente, além de casos fictícios explicitados através do uso de animações. Nesta análise focaremos no discurso dos profissionais, discentes e de uma militante pelos direitos das travestis.

Mediante a análise de conteúdo é possível observar e dividir em duas categorias principais as explicações que enriquecem a obra: o *papel da escola* e a *punição reparativa* que se concentra dentro da instituição. Dentro da primeira categoria, o *papel da escola*, observam-se quatro subcategorias que atravessam e se reforçam de forma contínua: 1) *reflexo da sociedade*, 2) *crise de valores*, 3) *mudança de papéis* e 4) *atravessamento institucional obrigatório*. Através dos depoimentos de profissionais da UFPB é possível visualizar esse pensamento.

Everaldo Vasconcelos explana em 5 minutos de vídeo que o papel da escola "[...] deve ser primeiramente antenar-se com o mundo em que vivemos e tentar enxergar a criatura humana com toda sua diversidade" (sic). Sua fala vai ao encontro com os direitos humanos e o ideal de relações humanas, mas infelizmente não se cumpre em totalidade, ficando mais no plano utópico. Tal expressão nos mostra tanto a *crise de valores* da escola, como a *mudança de papéis* necessária sendo imposta as instituições educacionais.

Norma Maria de Lima, em 5min22s atenta para a *mudança de papéis*, relatando que:

O papel da escola na contemporaneidade é de todo um processo onde a escola não só hoje é um locus onde existe toda uma prática de transmissão de todo conhecimento sistematizado. Hoje a escola tem um papel bem mais amplo pelas próprias condições que a sociedade impôs para a própria escola. Hoje a tradição que nós tínhamos da família como base da educação doméstica, este papel que a família assumia, hoje foi transferido pra escola e a escola hoje tem um papel bem mais amplo, pois não está mais com o seu grande trabalho que era o de socialização do conhecimento

Podemos observar a confusão que esse acréscimo de tarefas proporcionou à escola e aos profissionais da área da Educação. É



comum o relato de que os pais transferem a escola seu papel, por parte da escola, e de que a escola está em decadência moral, por parte dos pais. A cobrança por atitudes e a imposição de limites é projetada por ambos os lados, gerando uma falha enorme na comunicação e a não ação de fato, resultando na paralisação da escola e da família na maneira de atender esses alunos e filhos. É mais uma vez a subcategoria *crise de valores* dando as caras no discurso escolar.

No que tange a subcategoria *reflexo da sociedade* o depoimento de Gloria Rabay vai ao ponto nevrálgico de como a escola, em sua reprodução social, atua como um espelho das normativas “normais/normóticas”:

A escola ela geralmente reflete a sociedade em que vivemos, então nós vivemos numa sociedade machista, racista, elitista e mesmo sem pensar, a escola inclui esses valores preconceituosos no seu currículo, o que a gente chama de currículo oculto, aquilo que não está explicitamente planejado para ser ensinado aos alunos, mas que na prática, nas atitudes, no comportamento, a escola acaba reproduzindo esses valores para seus estudantes. Então eu diria que além dos preconceitos na escola, visíveis, que envolvem violência física, a escola, ela reproduz violências na sua forma de ensinar e lidar com os diferentes. Então eu poderia dizer que a escola reproduz violência contra a mulher, reproduz violência contra os negros, violência contra os homossexuais

O relato vai ao encontro da ideia de que a escola, atravessada por um paradigma que exclui o diferente e padroniza os seres com o propósito de lograr com a conduta humana. Sendo a instituição social que transmite o conhecimento e onde todos devem fundamentalmente permanecer por muitos anos, podemos pensar que se torna uma extensão da norma vigente inserido num contexto social, de maneira implícita e explícita.

Seguindo esse olhar, podemos continuar o processo abordando a última subcategoria *atravessamento institucional obrigatório*. Virgínia de Oliveira Silva esclarece que:

Se antes era a igreja uma instituição que todo mundo era obrigado a ir, hoje em dia no ponto de vista da modernidade é a escola que tem esse papel institucional que você deve passar. Todo mundo deve passar pela escola, quem não passa pela escola, o responsável é acionado juridicamente para colocar seu filho ou o menor no qual zela responsabilidade na escola. Então a escola tem esse papel de atravessar todas as pessoas e aí ela tem esse caráter reformativo importante e é desperdiçado muitas vezes, o que é lastimável

Assim, a escola sendo representante do ambiente social, é um desafio não cairmos na tentação do enquadramento “normal”, pois quem faz as escolas são as pessoas, ou seja, a sociedade atravessada



pela ignorância, preconceito e exclusão social em suas mais variadas formas (homosbobitansfobia, racismo, machismo, classismo e demais opressões).

A segunda categoria, intitulada *punição reparativa*, vem acompanhada por duas subcategorias que também se retroalimentam: *exclusão da homossexualidade* e *reforço da conduta heterossexual*. É no depoimento de Fernanda Benvenutty, integrante da Associação das travestis da Paraíba, que podemos englobar as duas subcategorias e percebemos claramente a hipocrisia de nossa sociedade:

É complicado a gente entender que na escola exista preconceito, mas infelizmente ele existe e é gritante em vista que um grande número ou a maioria das travestis não estão na sala de aula não porque elas não querem, é simplesmente por conta do preconceito. É o preconceito na acolhida, é o preconceito na hora da chamada, é o preconceito na convivência com o corpo docente e discente da escola. Quer dizer, é esse preconceito que atrapalha de nós termos os homossexuais, principalmente as travestis, nas salas de aula. Para o menino que é homossexual isso aí muitas vezes pode até passar batido, porque o homossexual masculino não necessariamente precisa ter trejeitos femininos, a lésbica que não é estereotipada da mesma forma, mas já a travesti é diferente porque a travesti passa por uma transformação corporal e essa transformação corporal é que provoca o ódio, a raiva, a aversão que as pessoas têm por essa pessoa ter transformado seu corpo. Então pra travesti o preconceito na escola ele é muito mais gritante e ele é muito mais prejudicial porque a travesti não tem como disfarçar, tá no corpo e tá na cara, ela pôs a cara na sala de aula todo mundo identifica sua orientação sexual e sua identidade de gênero. Então é esse preconceito na escola é que afasta muitos homossexuais, afugenta. Pode até ter pessoas que não tenham noção disso, mas o homossexual que deixa de frequentar uma sala de aula deixa de estudar, deixa de querer crescer culturalmente como pessoa e como cidadão, ele não deixa muitas vezes porque ele quer, é a frustração da não aceitação da sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero na escola

O trecho acima relata a história de homossexuais e de travestis que acabam saindo da escola. Pelo depoimento de Fernanda podemos perceber que a taxa de evasão escolar dessa população é alta, se mostrando congruente com a busca bibliográfica relatada acima em nosso referencial teórico. Um aspecto que cabe ressaltar é a perpetuação do estereótipo da travesti chamada de baderneira e taxada como prostituta para humilhar e dissociar essa população das demais. Na contramão desta associação dos homossexuais e travestis com a baderna, muitas vezes as denúncias de violências sofridas pelos que apresentam uma conduta considerada desviante são ignoradas dentro da instituição escolar que em geral não está preparada para lidar com estas questões, resultando no silenciamento e, até mesmo,



culpabilização destas vítimas. Como podemos ver na fala da aluna Stefhanie:

Tem um garoto da minha sala que ele é homossexual e os outros alunos eles apontam. "ah, seu gay. Ai isso, ai aquilo." Apontam. Isso é muito constrangedor, acredito, pra ele e até nós as meninas da sala e os outros alunos não se sentem bem. E esse aluno homossexual pediu pra professora: "Professora, ele está me xingando de gay, ele está me xingando de viado". E enfim, e a professora não soube como reagir

Diante da não interferência da escola no sentido de proteger estes alunos, reforçando assim a heteronormatividade do chamado "currículo oculto", e da continuidade de agressões e violências sofridas dia após dia a tais alunos resta calar-se, suportando as situações de preconceito e exclusão, ou reagir, como relata a aluna Nayara:

[...] uma menina que começou a gritar aqui no meio da escola chamando a outra de Maria Sapatão. Gritou, gritou, gritou. A menina se controlou até o ponto de que não aguentou e partiu pra cima. As pessoas que estavam na hora, como eu estava, se tivesse deixado, ela tinha matado a que primeiro tinha xingado. Porque ela enforcou a menina a ponto de... foi preciso um homem tirar ela de cima

Ao indivíduo que reage, resta a classificação de agressivo, e a ele é reservado o estereótipo do baderneiro. Porém, é preciso uma tomada de consciência para vislumbrarmos o fato de que é a sociedade excludente que empurra essas pessoas para a violência, a prostituição e para os subempregos por conta do preconceito e da discriminação no ambiente escolar, privando essa população de adquirir conhecimento, completar seus estudos e, assim, conseguir melhores oportunidades de emprego na adultez. Diante disto se revela uma falência da escola que determina uma regulação de condutas acerca da sexualidade, de certa forma ao tentar manipular este caráter disciplinar a escola veta historicamente essas pessoas a serem educadas para a autonomia e à cidadania. Contudo, o processo de dar-se conta de práticas discriminatórias é um processo demorado, quando existente, e que exige um trabalho de educação social constante. Encerramos o escrito e seguimos o trabalho em nossos cotidianos nessa tentativa de suspiros de esperança:

José: Acredito de modo geral... se a escola falasse mais sobre isso, os alunos tivessem mais respeito por si, poderia dar mais respeito aos colegas. Porque nós não podemos dar o que nós não temos. A violência vem porque nós não queremos conviver com as pessoas diferentes de nós. Se respeitássemos mais ela e ela respeitasse mais nós, com certeza melhoraria essa violência, diminuiria. E a educação crescia mais e mais

Lucas: Eu acho que esse, esse respeito, respeito à diferença, respeito ao homossexualismo, a qualquer tipo de coisa que fuja do padrão, parte de cada um de nós. Se a gente parar pra pensar um pouquinho em como o



outro tá se sentindo, em como o outro pensa eu acho que a gente vai viver num lugar um pouquinho melhor do que o que a gente vive hoje, né?

E é com essa esperança que planejamos construir uma sociedade, e, conseqüentemente espelhada e integrante do social, uma escola, mais digna, empática e que respeite essas e todas as subjetividades possíveis. Parafraseando Galeano: que a utopia nos sirva, ao menos, para caminhar.

4. Considerações finais

O impacto emocional figurado pela narrativa apresentada na peça analisada do documentário com as histórias de vida de pessoas LGBT, impregnado de dor e sofrimento causados não pela sua identificação sexual e sim pela exclusão da sociedade, fica evidenciado principalmente pelo relato da representante do movimento de travestis Fernanda Benvenutty. O processo de reconhecer-se como um ser transgressor toca o público e podemos pensar se esse sujeito tem consciência da dimensão política de suas escolhas e de seu posicionamento enquanto ser político ao se posicionar “desviante”. A trajetória do sujeito LGBTQ+, que se distancia do padrão e acaba ridicularizando as imposições sociais (de forma consciente ou não), é marcada pelo rechaço e pela exclusão. Porém, ele segue resolutivo e parece possuir uma obstinação que o leva a persistir e lutar por ser quem é.

Por meio do contato com histórias como estas há a possibilidade de fomentar cada vez mais questionamentos acerca do impacto psicológico que estes indivíduos sofrem quando confrontados com uma realidade excludente. A partir do momento que as diversas esferas que fornecem conhecimentos não mais produzirem e reproduzirem, o sentido pejorativo, construído ao longo dos anos, da concepção dos modelos de gênero, possibilitaria a construção de uma identidade sem padecer de imposição de valores. Métodos que privilegiem os processos de conscientização podem formular estratégias de amparo e de inclusão de pessoas que historicamente estão à margem da sociedade.

Mas o que fazer para tornar a escola, seus profissionais, seus alunos e toda comunidade que se encontra imersa num ambiente hostil, que basicamente tem reforçado condutas excludentes? A não atuação dos pré-conceitos forçadamente introjetados é um bom indício de uma prática profissional adequada, bem como o cuidado de não se tornar cúmplice de uma conduta profundamente patologizante. Assim, proporcionando construir uma realidade social que facilite a autonomia enquanto sujeito responsável pelas suas escolhas. O constante aperfeiçoamento e o trabalho de orientação dos órgãos



competentes (Conselhos e Sindicatos) se tornam essenciais para que não ocorra discriminação por parte dos profissionais e para que esses possam disseminar, via exemplo e teoria, práticas respeitadas para com a população LGBTQ+. Quanto aos educadores em específico, faz-se necessário a capacitação e atualização contínua nas temáticas de gênero buscando refletir sob a perspectiva de promoção de direitos, considerando a necessidade de investirmos em ações voltadas à educação, à comunicação e à cultura em direitos humanos, com base na construção de experiências individuais e coletivas e de uma consciência de respeito ao outro, promovendo a solidariedade e formando o compromisso social contra todas as formas de discriminação, opressão e violência no Brasil. Por fim, um sistema escolar orientado para a formação inclusiva precisa estabelecer um exame da organização da sociedade de forma analítica, diante das concepções que a orientam e redefinir o processo educativo para todos educandos a partir de sua historicidade, pois a formação para o conhecimento não é dado *a priori*, não é algo natural, mas deve ser uma conquista cotidiana.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam; AJAIME, Emmanoelle; LOPES, Sabrina Bandeira; SAVRASOFF, Tatiana. Travestis e transexuais e os outros: identidade e experiências de vida. *Rev. Gênero*, Niterói, v. 4, n.1, p.65-100, 2 sem. 2003.

ARAUJO, Álvaro Cabral; LOTUFO NETO, Francisco. A nova classificação Americana para os Transtornos Mentais: o DSM-5. *Rev. Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, São Paulo, vol.16, n.1, pp. 67-82. 2014.

BRASIL. *2o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Diversidade Sexual, Políticas Públicas e Direitos Humanos: Saúde e Cidadania LGBT em Cena. *Temporalis*, [S.l.], v. 1, n. 27, p. 77-98, ago. 2014. ISSN 2238-1856. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7209>>. Acesso em: 02 nov. 2016.



ESCOLA sem preconceitos. Direção: Pedro Nunes. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero. Paraíba – PB, 2012. 1h.13min.20s.

FREUD, Sigmund. *Três Ensaios Sobre Sexualidade e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de, Rio de Janeiro: Imago, 1905, v. VII.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênera: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989> Acesso em: 13 out. 2014.

KLEIN, Ana Maria; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. A escola frente às novas demandas sociais: educação comunitária e formação para a cidadania. *Revista Cordis*, São Paulo, n.1, p. 01-18. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho: Ensaios Sobre Sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. *Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MUSSKOPF, André S. idnei. O filho pródigo e os homens gays - Uma releitura de Lucas 15,11-32 na perspectiva das teorias de gênero e sexualidade. *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v. 56, p. 141-157, 2007.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia de Vilhena Schayer; ABREU, João Francisco de. (Org.). *Iniciação científica: destaques 2007*. Belo Horizonte (MG): PUC Minas, 2008, v. 1, p. 313-392.

QUINODOZ, Jean-Michel. *Guia de leitura da obra de S. Freud*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SALES, Shirley Rezendes; PARAÍSO, Marlucy Alves. O Jovem Macho e a Jovem Difícil: governo da sexualidade no currículo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 603-625, abr./jun. 2013.

SÃO PAULO. *Projeto de Lei PL 728*, de 5 de agosto de 2011 que dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino



integrantes do Sistema Estadual de Ensino. Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1026402>>. Acesso em: 30 jun 2014.

SCOTT, Joan Wallach. *Os usos e abusos do gênero*. São Paulo: Projeto História, 2012. n. 45. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018/11212>> Acesso em: 20 mai. 2016.

SILVA, Jackson Ronie Sá da. *Homossexuais são...: revisitando livros de medicina, psicologia e educação a partir da perspectiva queer*. Tese de doutorado em Educação, PPGEdu Unisinos, 2012.

Recebido em: 15 de novembro de 2019.

Aceito em: 5 de março de 2020.